

240

**REAÇÕES INTER-ESTATAIS À CONTESTAÇÃO ANTIGLOBALIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA.** *Mathias Seibel Luce, Iandra Cattani, Carlos Schmidt Arturi (orient.)* (Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS).

Este trabalho integra o projeto “Governança Mundial e Contestação Antiglobalização”, e tem como principal objetivo identificar as articulações inter-estatais na União Européia (U.E.) que visam a vigiar, controlar e, eventualmente, reprimir os movimentos antiglobalização. A escolha da U.E. como estudo de caso deve-se ao fato de constituir a principal base geográfica do movimento antiglobalização que se apresenta como oposição política ao que denomina “Europa do Capital” – reivindicando, em contrapartida, uma “Europa dos Cidadãos”. Em resposta às manifestações de contestação internacional, percebe-se forte tendência por parte das forças da ordem da U.E. de esvaziar o conteúdo político dos protestos e as causas que lhe dão origem, o que pode ser depreendido das declarações de chefes de governo europeus sobre os protestos; de diretivas em matéria de segurança e das ações policiais tomadas por ocasião das grandes manifestações – fontes de estudo do trabalho – que culminaram com a morte de um jovem italiano em Gênova, em agosto de 2001. Por outro lado, a suspensão freqüente do direito de livre circulação, a fim de impedir grandes concentrações de manifestantes, implica restrição importante ao regime democrático e restringem os direitos civis. O estudo sobre o controle e repressão ao movimento antiglobalização neoliberal na U.E. visa a contribuir, do ponto de vista teórico, à reflexão sobre o monopólio legítimo da força no provimento de ordem pública nesta comunidade política em emergência., no momento em que se discute seu projeto de Constituição. O surgimento de estruturas comunitárias de cooperação policial é mais um passo que se está tomando na configuração de uma unidade política supraestatal na Europa, o que implica questões importantes para as relações internacionais. Nesse sentido, os Acordos de Schengen, que regulam e garantem a circulação dos cidadãos europeus na U. E. e a criação da EUROPOL são dois elementos fundamentais que analisamos, com destaque para a maneira como as autoridades européias os vêm utilizando para controlar e reprimir a contestação antiglobalização neoliberal. (PIBIC/CNPq-UFRGS).